

ÍNDICE

<i>Abreviaturas</i>	11
<i>Prefácio</i>	27
<i>Apresentação</i>	29

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

1. Pressuposto e objetivos da execução penal	31
2. Natureza jurídica.....	32
3. Princípios e garantias constitucionais.....	34
4. Exequente	35
5. Executado	36
6. Jurisdição especializada	36
7. Execução provisória.....	37
7.1. Juízo competente em sede de execução provisória	39
8. Condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.....	39
9. Condenado pela Justiça Estadual que cumpre pena em presídio federal.....	40
10. Princípio da isonomia e direitos não atingidos	40

CAPÍTULO II DO CONDENADO E DO INTERNADO DA CLASSIFICAÇÃO

1. Noções gerais.....	43
2. Exame criminológico	44
3. Implicações decorrentes da Lei n. 10.792, de 1º de dezembro de 2003.....	45
3.1. Classificação e individualização da pena	45
3.2. Progressão de regime prisional	46
3.2.1. Requisito subjetivo	48

CAPÍTULO III DA ASSISTÊNCIA

1. Generalidades.....	52
-----------------------	----

2. Assistência material.....	53
3. Assistência à saúde.....	54
4. Assistência jurídica.....	56
5. Assistência educacional.....	57
6. Assistência social.....	58
7. Assistência religiosa.....	59
8. Da assistência ao egresso.....	60

CAPÍTULO IV DO TRABALHO

1. Generalidades.....	62
2. Do trabalho interno.....	63
3. Do trabalho externo.....	64
3.1. Pena decorrente de condenação pela prática de crime hediondo ou assemelhado.....	65

CAPÍTULO V DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA

1. Dos deveres.....	66
2. Dos direitos.....	67
3. Da disciplina.....	69
3.1. Das faltas disciplinares.....	70
3.2. O RDD — Regime Disciplinar Diferenciado.....	74
3.2.1. Origem histórica.....	74
3.2.2. O regime disciplinar diferenciado na Lei de Execução Penal..	75
3.2.3. O isolamento preventivo e o regime disciplinar diferenciado preventivo ou cautelar.....	80
3.2.4. Procedimento.....	81
3.2.4.1. Inclusão preventiva no RDD.....	81
3.2.4.2. Decisão definitiva.....	81
3.2.5. Outras considerações ligadas ao regime disciplinar diferenciado.....	82
3.3. Das sanções.....	83
3.4. Das recompensas.....	87

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL

1. Órgãos da execução.....	90
----------------------------	----

2.	Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	90
3.	Do juízo da execução	91
3.1.	Jurisdição	92
3.2.	Juiz competente	92
3.3.	Competência para a aplicação da lei mais benigna.....	95
3.4.	Competência para declarar extinta a punibilidade	95
3.5.	Competência para decidir sobre soma ou unificação de penas.....	96
3.6.	Competência para decidir sobre progressão ou regressão de regime	97
3.6.1.	Progressão de regime	97
3.6.2.	Regressão de regime	98
3.6.2.1.	Regressão cautelar	99
3.7.	Competência para decidir sobre detração e remição de pena.....	100
3.7.1.	Detração	100
3.7.2.	Remição.....	101
3.8.	Competência para decidir sobre suspensão condicional da pena.....	103
3.9.	Competência para decidir sobre livramento condicional.....	104
3.10.	Competência para decidir sobre incidentes da execução.....	105
3.11.	Competência para autorizar saídas temporárias.....	105
3.12.	Competência para determinar a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução	106
3.13.	Competência para determinar a conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade	109
3.14.	Competência para determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.....	111
3.15.	Competência para determinar a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança.....	112
3.16.	Competência para determinar a revogação da medida de segurança.....	112
3.17.	Competência para determinar a desinternação e o restabelecimento da situação anterior	112
3.18.	Competência para determinar o cumprimento de pena ou de medida de segurança em outra comarca	113
3.19.	Competência para determinar a remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 da LEP.....	114
3.20.	Zelar pelo correto cumprimento da pena e de medida de segurança.....	114
3.21.	Inspeccionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade.....	116

3.22. Interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta lei.....	117
3.23. Compor e instalar o Conselho da Comunidade.....	118
3.24. Emitir anualmente atestado de pena a cumprir.....	119
4. Do Ministério Público.....	120
5. Do Conselho Penitenciário.....	122
6. Dos Departamentos Penitenciários.....	124
7. Do patronato.....	125
8. Do Conselho da Comunidade.....	125
9. Da Defensoria Pública.....	128

CAPÍTULO VII DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS

1. Dos estabelecimentos penais.....	130
2. Da prisão especial.....	135
3. Da penitenciária.....	139
4. Da colônia agrícola, industrial ou similar.....	141
5. Da casa do albergado.....	144
6. Do centro de observação.....	146
7. Do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	147
8. Da cadeia pública.....	148

CAPÍTULO VIII DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE

1. Das penas privativas de liberdade.....	150
2. Execução provisória.....	152
3. Superveniência de doença mental.....	154
4. Cumprimento e extinção da pena.....	156

CAPÍTULO IX DOS REGIMES

1. Regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade.....	157
2. Condenação por mais de um crime.....	161

CAPÍTULO X DA PROGRESSÃO DE REGIME

1. Progressão de regime e seus requisitos.....	163
1.1. Progressão.....	163

1.2. Requisito objetivo.....	165
1.2.1. Condenação por crime contra a administração pública	165
1.3. Requisito subjetivo.....	166
1.3.1. <i>Habeas corpus</i> visando progressão de regime	169
1.3.2. Exame criminológico obrigatório e exame criminológico facultativo	170
2. Progressão por salto.....	171
3. Competência	171
3.1. Condenado transferido.....	171
4. Necessidade de prévia oitiva do Ministério Público e da Defesa	172
5. Progressão e falta grave.....	172
6. Gravidade do delito.....	174
7. A progressão de regime em face do art. 75, § 1º, do Código Penal.....	175
8. Falta de vagas em estabelecimento adequado.....	176
9. Regime integralmente fechado	179
9.1. A questão da (in)constitucionalidade.....	179
10. Da progressão para o regime aberto.....	184
11. Da prisão-albergue domiciliar.....	186
11.1. Monitoramento eletrônico	188
11.2. Prisão-albergue domiciliar em razão da ausência de estabelecimento adequado para o cumprimento de pena no regime aberto... ..	188
11.2.1. Hipóteses excepcionais.....	191
12. Progressão de regime prisional estando o preso sob Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	192

CAPÍTULO XI

DA REGRESSÃO DE REGIME

1. Generalidades.....	196
2. Condutas ensejadoras de regressão.....	197
2.1. Prática de fato definido como crime doloso.....	197
2.2. Prática de falta grave	198
2.3. Condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime	199
2.4. Frustrar os fins da execução.....	201
2.5. Não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.....	201
2.6. Violação de deveres relacionados com o monitoramento eletrônico	202
3. Ampla defesa e contraditório.....	202
4. Regressão cautelar.....	204

CAPÍTULO XII

DAS AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA

1. Generalidades.....	206
2. Da permissão de saída.....	207
2.1. Prazo da permissão de saída	209
3. Da saída temporária.....	209
3.1. Hipóteses autorizadoras e requisitos	209
3.2. Competência	213
3.3. Prazo.....	213
3.4. Condições para o gozo de saída temporária	214
3.5. Monitoramento eletrônico.....	215
3.6. Revogação do benefício	215
3.7. Da recuperação do direito.....	216

CAPÍTULO XIII

DA REMIÇÃO

1. Noção.....	218
2. Generalidades.....	219
3. Requisitos	220
3.1. Carga horária e comprovação documental do trabalho	220
3.2. Horário especial.....	222
3.3. Atividades laborativas.....	223
3.3.1. Remição pelo estudo.....	225
3.3.2. Como se procede ao abatimento dos dias remidos.....	227
4. Outras considerações.....	229
4.1. Necessidade de declaração por sentença.....	229
4.2. Estabelecimento que não dispõe de condições para o trabalho	229
4.3. Efeitos reflexos da remição	230
5. Perda dos dias remidos	230
5.1. Ampla defesa e contraditório	233

CAPÍTULO XIV

DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito e noção	235
2. Pressupostos	236
2.1. Pressupostos objetivos.....	237

2.1.1.	Quantidade da pena.....	237
2.1.1.1.	Sobre o art. 75 do Código Penal	239
2.1.2.	Reparação do dano.....	240
2.2.	Pressupostos subjetivos.....	242
3.	Oitiva do Conselho Penitenciário, do Ministério Público e do defensor..	245
3.1.	Do Conselho Penitenciário.....	246
3.2.	Do Ministério Público.....	246
3.3.	Do defensor	247
4.	Livramento condicional a estrangeiro.....	247
5.	Livramento condicional a quem se encontre sob Regime Disciplinar Diferenciado.....	248
6.	Condições do livramento	249
6.1.	Noção	249
6.2.	Condições obrigatórias.....	249
6.3.	Condições facultativas.....	250
6.4.	Condições legais indiretas.....	253
7.	Carta e cerimônia de livramento	253
8.	Modificação das condições	254
9.	Suspensão do curso do livramento condicional.....	255
10.	Revogação do livramento	258
10.1.	Generalidades	258
10.2.	Revogação obrigatória.....	258
10.3.	Revogação facultativa	261
11.	Outras considerações.....	263
12.	Extinção da pena privativa de liberdade.....	264

CAPÍTULO XV

DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO

1.	Introdução.....	267
2.	Autoridade competente para determinar o monitoramento	268
3.	Cabimento	268
4.	Cuidados e deveres do executado submetido a monitoramento eletrônico..	269
4.1.	Receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações.....	269
4.2.	Abster-se de remover, de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoramento eletrônico ou de permitir que outrem o faça.....	270
5.	Violação dos deveres pelo executado.....	271
5.1.	Regressão de regime prisional.....	272

5.2.	Revogação da autorização de saída temporária.....	273
5.3.	Revogação da prisão domiciliar	273
5.4.	Advertência escrita	274
6.	Revogação do monitoramento	274
6.1.	Desnecessidade ou inadequação.....	275
6.2.	Violação de deveres	275
6.3.	Prática de falta grave	276

CAPÍTULO XVI

DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1.	Introdução	277
2.	As denominadas penas restritivas de direitos	279
3.	Da execução das penas restritivas de direitos.....	281
3.1.	Início da execução	281
3.2.	Alteração da forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana	281
3.3.	Prestação pecuniária	282
3.3.1.	Prestação de outra natureza (ou prestação inominada)	284
3.4.	Perda de bens e valores	284
3.5.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	285
3.6.	Interdição temporária de direitos	287
3.7.	Limitação de fim de semana	288

CAPÍTULO XVII

DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1.	A suspensão condicional da pena ou <i>sursis</i>	291
2.	Tipos de <i>sursis</i>	291
3.	A execução do <i>sursis</i>	293
3.1.	<i>Sursis</i> ineficaz ou sem efeito	297
3.2.	Prorrogação e revogação do período de prova	299
3.2.1.	Prorrogação	299
3.2.2.	Revogação obrigatória e revogação facultativa	300
3.2.3.	Duplo <i>sursis</i>	303
3.2.4.	Cassação do <i>sursis</i>	303
3.2.5.	Extinção da punibilidade	304
3.2.6.	Registro	304
4.	Cabimento de <i>sursis</i> em condenação por crime hediondo ou assemelhado	305

CAPÍTULO XVIII

DA PENA DE MULTA

1. Generalidades.....	307
2. Do título executivo e da natureza jurídica.....	309
3. Legitimação ativa.....	309
4. Juízo competente.....	312
5. Processamento.....	315
6. Impossibilidade de conversão da multa em privativa de liberdade.....	317
6.1. Sobre a impossibilidade de conversão nos Juizados Especiais Crimi- nais.....	318
7. Outras considerações.....	321
7.1. Impossibilidade de execução provisória.....	321
7.2. Atualização monetária.....	322
7.3. Detração.....	322

CAPÍTULO XIX

DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Noções introdutórias.....	324
2. Condições da execução.....	327
3. Medidas de segurança em espécie.....	328
4. Ausência de vaga para internação.....	331
5. Da cessação de periculosidade.....	332

CAPÍTULO XX

DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO

1. Conceito e generalidades.....	336
2. Das conversões.....	337
2.1. Noção.....	337
3. Das conversões em espécie.....	339
3.1. Conversão da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, em restritiva de direitos.....	339
3.2. Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.	341
3.3. Conversão da pena de prestação de serviços à comunidade.....	344
3.4. Conversão da pena de limitação de fim de semana.....	345
3.5. Conversão da pena de interdição temporária de direitos.....	346
3.6. Conversão da pena de multa em detenção.....	346
3.7. Doença mental ou perturbação da saúde mental superveniente.....	347
3.7.1. Duração da medida de segurança substitutiva.....	348
3.8. Conversão do tratamento ambulatorial em internação.....	350

3.9. Conversão das penas de prestação pecuniária e de perda de bens e valores	351
3.10. Conversão da pena inominada (pena de prestação de outra natureza).....	352
4. Do excesso ou desvio.....	354
4.1. Noções gerais	354
4.2. Do excesso	356
4.3. Do desvio.....	356
4.4. Quem pode suscitar	357
5. Da anistia e do indulto	358
5.1. Notas introdutórias	358
5.2. Da anistia	359
5.2.1. Procedimento	360
5.3. Do indulto	361
5.3.1. Indulto individual	362
5.3.1.1. Procedimento	362
5.3.2. Indulto coletivo.....	364
5.3.2.1. Procedimento do indulto coletivo.....	367
5.3.3. Comutação de pena.....	368
5.3.4. Crimes hediondos e assemelhados.....	369

CAPÍTULO XXI

DO PROCEDIMENTO JUDICIAL

1. Introdução	370
2. Procedimento.....	371
3. Iniciativa	371
4. Processamento	372
5. Do agravo em execução.....	374
5.1. Fungibilidade recursal.....	376
5.2. Outras considerações.....	377
<i>Bibliografia</i>	379